

★ NOS SUPER... - A MANIA DE ATENDER BEM ★

FRIO INDUSTRIAL
E
METALOMECÂNICA

Estrada velha da Matola Talhão
nº 3 parcela 728 Tel 450427/8 Maputo

mediaFAX

Maputo * quinta-feira 15.07.93 * N° 137/93

Grande baixa de preços

 *temos vidros de qualquer espessura e de qualquer tamanho para qualquer parte do país. Consulte-nos.*

Av Eduardo Mondlane nº 2711
Telefone 42 85 74 . Fax 42 61 13

De segunda a sexta, um diário no seu fax * Propriedade e edição: mediacoop - jornalistas associados, srl
 Editor: Carlos Cardoso * Sede: Av. Mártires da Machava, nº 1002 - C.P. 73 * Maputo * Moçambique
 Tlfs 4 90906, 743952 * Faxes 490063 / 490906 * Tlx 6-233 * Rep. Beira, Tlf 325175 * Fax 302200 * Rep. Lisboa, Tlf 8581288 * Fax 8586773

Assinaturas mensais - ordinária: 75.000,00 MT * institucional: 150.000,00 MT ou 50 USD * de apoio: 400.000,00 MT ou 100 USD

INQUÉRITO

mediaFAX **GESTINFORM, Lda**  **austral consultoria e projectos, lda.**
transição, Rifon e Fidelidade

Chissano/Dhlakama

O QUE ELES DEVEM DISCUTIR

1-137/93 (Maputo) O público da capital acha que o Presidente da República e o líder da Renamo, no seu projectado encontro dentro de dias, devem discutir prioritariamente o acantonamento das tropas.

Este foi o assunto mais referido pelos 200 cidadãos com mais de 18 anos de idade inquiridos nesta sondagem feita entre os dias 11 e 14 deste mês; 63 dos inquiridos (29 homens e 34 mulheres) colocaram esse tema à cabeça da agenda.

Foi esta a pergunta feita aos inquiridos: na sua opinião, quais os pontos críticos que gostaria que se discutissem no encontro entre o Presidente da República e o líder da Renamo?

Eis os restantes temas sugeridos pelo público, com as respectivos números de inquiridos, homens e mulheres, por esta ordem:

- o problema da administração do território (31 - 20);
- a libertação dos presos de Salamanga (25 - 19);
- a livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional (6 - 21);
- possibilidade de criação de um governo de unidade nacional ou de transição (18 - 9);
- uma paz verdadeira (7 - 18);
- a exigência da Renamo em relação aos governadores (5 - 10);
- a formação do exército unificado (13 - 2);

- mais informação sobre o acordo de Roma (10 - 3);
- mais informação sobre a existência ou não de acordos à margem do acordo de paz (8 - 3);
- o problema da residência para Dhlakama (4 - 6);
- a possibilidade de ambos aparecerem em comícios populares (2 - 7);
- adequação e flexibilidade do acordo de Roma (3 - 6);
- maior urgência na implementação do acordo (2 - 6);
- porque é que as exigências da Renamo são sempre satisfeitas pelo governo (5 - 2);
- o ante-projecto de lei eleitoral (2 - 3);
- revisão do papel da ONUMOZ; são meros espectadores? (3 - 1);
- a vinda definitiva de Dhlakama para Maputo (2 - 1);
- que ambos sejam sérios e sinceros nas suas pretensões (2 - 1);
- a possibilidade de ambos visitarem juntos as províncias (1 - 1);
- a assinatura de um documento conjunto de compromisso de que na realidade querem a paz (1 - 1);
- a possibilidade de Dhlakama vir a ser vice-Presidente (2 - 0);
- a resolução dos problemas relacionados com a caça e o corte de madeira (2 - 0).

O inquérito tem uma margem de erro máximo de 6,9%.

Duas outras opiniões

2-137/93 (Maputo) Ouvimos duas vozes da oposição sobre qual deveria ser a agenda do encontro.

Abel Mabunda, coordenador do PCN, falando "na qualidade de cidadão": "Penso que devem discutir três coisas: a recalendarização do acordo de paz, particularmente a data das eleições; a interpretação e implementação do acordo, especialmente no que se refere à governação territorial até às eleições; e o funcionamento de um órgão - uma conferência

multi-partidária pontual - que complemente o presente parlamento".

Máximo Dias, Secretário-Geral do Monamo: "Devem discutir a imediata aceitação dos pontos de acantonamento das suas forças e respectivo processo; o processo de democratização, mormente a lei eleitoral para que, por falta de consenso entre os dois, não haja problemas de consenso na recta final; e a aclaração das cláusulas do acordo de paz relativas à administração das zonas controladas pela Renamo".

COMÉRCIO
INVESTIMENTOS
PARTICIPAÇÕES

Enacomo

SEDE: Av. Samora Machel, 285 / 1º andar * Tlf: 430171/5 * Fax: 428484 * Tlx: 6-387 ENEXP MO
 C.P. 698 * Telegramas: ENACOMO * Maputo * DELEGAÇÕES: Beira * Quelimane * Nacala

Diálogo e confiança mútua

3-137/93 (Maputo) Eis as opiniões de outras pessoas que estarão atentas ao encontro.

Manfredo di Camerana, embaixador italiano em Moçambique: "Em primeiro lugar, há que esclarecer as posições sobre o processo em geral. Quando se deu o último encontro entre os dois, em Roma, estava claro que havia confiança mútua e facilidade de diálogo. Estes nove meses dão a impressão de que o diálogo não avança e que a confiança mútua é muito fraca. Os dois têm que mostrar à opinião pública nacional e internacional que o diálogo continua e que a confiança cresce.

Em segundo lugar, há que esclarecer os mecanismos de implementação do acordo como aconteceu na altura da sua assinatura. A implementação do acordo implica acções simultâneas e inter-dependentes em três domínios: o técnico-militar, o socio-económico, e o político. Com a última declaração do Presidente Dhlakama (exigência de governadores) ficou evidente que o aspecto político é prioritário e que só resolvendo este problema é que se pode conduzir as outras acções de maneira concreta".

John Sunde, representante comercial da África do Sul em Moçambique: "Para a África do Sul este encontro é muito importante porque vai, sem dúvida, fazer avançar o processo de paz. Sempre que os dois se reuniram no passado, houve avanços. Acho que entre eles se deve estabelecer um entendimento pessoal. E que melhore a confiança entre eles".

A jornalista Rachel Waterhouse, correspondente em Maputo da agência de notícias francesa, AFP, perguntámos o que ela achava que, de facto, se vai discutir no encontro: "Acho que vão discutir a lei eleitoral e a calendarização do processo de paz até às eleições, e também a questão da administração territorial. Acho que a Renamo quer garantias de participação no poder político independentemente do resultado das eleições, e que a administração territorial foi a maneira que eles encontraram para pressionar nesse sentido".
(da redacção)

Administração territorial

A POSIÇÃO DA RENAMO

4-137/93 (Maputo) A posição da Renamo nesta matéria vem expressa num comunicado datado de 9 deste mês, assinado pelo seu Secretário Geral, Vicente Ululu. A Renamo cita as seguintes passagens do Protocolo V, capítulo III:

9.d. "...Para garantir maior tranquilidade e estabilidade no período que vai da entrada em vigor do cessar fogo até à tomada de posse do novo governo, as partes acordam no princípio de que as instituições previstas pela lei para o exercício da administração pública nas zonas controladas pela Renamo deverão fazer uso unicamente de cidadãos nelas residentes, podendo estes ser membros da Renamo. O

Estado deverá dar a tais cidadãos e às instituições que dirigem respeito, tratamento e apoio necessário para o exercício das suas funções, na base da estrita igualdade e sem quaisquer discriminações em relação a outras que exercem funções análogas e instituições do mesmo nível em outras zonas do país.

O relacionamento entre o Ministério da Administração Estatal e a administração nas zonas controadas pela Renamo será feito através de uma comissão nacional, composta pelas partes, para facilitar a colaboração e o bom entendimento. A referida comissão será composta por 4 representantes de cada uma das partes e entrará em funcionamento 15 dias após a assinatura do acordo geral de paz".

Na opinião da Renamo, deste articulado quatro "princípios fundamentais":

- "o governo não é livre na administração pública nas zonas controadas pela Renamo; Pelo contrário,

- o governo tem que observar e escrupulosamente respeitar o clausulado no acordo geral de paz sobre a matéria;

- relativamente às zonas controladas pela Renamo, o Acordo Geral de Paz prevê, rigorosamente, duas administrações: o Ministério da Administração Estatal e a administração das zonas controladas pela Renamo (sic);

- e o relacionamento entre essas administrações será feito através de uma comissão nacional composta por ambas as partes".

O documento enfatiza que "só após a entrada em funcionamento de tal comissão" é que a administração estatal pode começar a "operar nas zonas controladas pela Renamo".

À luz destas premissas, diz o comunicado, a passagem de licenças de corte de madeira e outras para as zonas controladas pela Renamo só pode acontecer após a criação de tal comissão nacional.

"É necessário que se diga, e que fique bem claro, que a Renamo é a primeira autoridade a desejar implementar a exploração dos recursos naturais das terras que ocupa".

O comunicado termina, dizendo que o governo deve deixar de "prejudicar incautos, cobrando-lhes receitas por explorações que não pode conceder, sem observância do preceituado que deixamos enunciado". (O sublinhado é do autor)
(da redacção)

RENAMO LIBERTA REFÉNS

5-137/93 (Salamanga) Os 27 reféns da Renamo detidos na sua base de Salamanga foram libertados ontem à tarde, chegando a Maputo ao princípio da noite. Aldo Ajello, que acompanhou os reféns desde Salamanga, disse já na capital que, a seu ver, eles não tinham violado nenhuma lei do país.

Entre eles, o deputado Aurélio Manhiça era o que mais cansaço e desgaste parecia ter sofrido.

No sábado passado estive na base de Salamanga. O chefe do Estado Maior da base, Costa Branco, afirmou que os reféns estavam "saudáveis". Mas, como pudemos verificar, as suas condições de vida eram críticas.

"Ainda não temos ordens para libertar ninguém", disse-me ele na altura, num breve contacto que.

Fazendo-me passar por familiar de um dos detidos, consegui verificar que eles bebiam água turva tirada de um poço situado num pântano, dormiam no chão numa sala

PUBLIFACTOS Centro de Estudos Brasileiros/Portuguese for foreigners classes/call 42 08 99

comum que funcionou em tempos como pequeno armazem e com cerca de seis metros de comprimento por três de largura.

"Corremos o risco de contrair doenças aqui, tal como pode verificar", lamentou um dos detidos que na ocasião jogava às cartas, acrescentando que já havia casos de febres, dores nos órgãos genitais, inflamação da pele, alergias e outras perturbações.

As razões para este tipo de situações são várias, incluindo as resultantes de "uma deficiente alimentação e má adaptação ao ambiente a que estamos sujeitos", disse a mesma fonte.

"Faz muito frio nesta zona, embora os nossos familiares tenham-nos trazido mantas", afirmou um outro.

Quando o mediafax visitou a base de Salamanga, instalada nos escombros dos armazens de uma antiga plantação estatal, no distrito de Matutuine, alguns dos detidos estavam descalços e sentados no chão, enquanto outros acendiam lume para preparar o seu almoço. Alguns apresentavam um ar cansado, típico de quem passa as noites sem sono tranquilo.

Por outro lado, vi escrita na parede de um dos edifícios a data de 22 de outubro de 1992, suposta data em que a Renamo terá ocupado este local, uns 60 kms a sul de Maputo. É habitual a Renamo escrever nas paredes a data da sua chegada a um determinado lugar.

Populares na pequena vila de Salamanga, por seu turno, disseram-me que a Renamo havia entrado em Salamanga e Tinonganine "depois do fim da guerra", isto é, após a assinatura do acordo de paz a 4 de Outubro do ano passado. (D. Mossela)

A.1.3 O APELO DA AMODEG

6-137/93 (Maputo) O presidente da AMODEG (Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra), Júlio Nimuire, apelou ontem à comunidade civil que apoie em vestuário e alimentação os desmobilizados de Magoanine, para se evitar que realizem acções de força, conforme indicado na carta que dirigiram àquela associação (ver mediaFAX de ontem).

Para o efeito, Nimuire esteve ontem reunido com o SG da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM), Celestino Jorge, a quem pediu que assumisse a liderança na recepção do apoio da sociedade aos ex-militares da guarda presidencial.

Celestino Jorge informou-nos que a sua organização vai ponderar sobre o assunto, devendo ainda hoje fornecer uma comunicação sobre o papel que poderá assumir.

Júlio Nimuire, por sua vez, revelou que, depois de receber a carta dos desmobilizados, entrou em contacto com o Procurador-Geral da República e marcou já audiência com o Presidente da República para que sejam tomadas medidas tendentes a evitar distúrbios no prazo determinado.

(recolha por Orlando Muchanga)

editorial

AINDA BEM

7-137/93 (Maputo) O segundo parágrafo da Introdução ao documento "Proposta de Política Cultural", apresentado ontem à Conferência Nacional sobre Cultura, reza o seguinte: "Pretende-se que a política cultural proposta seja duradoura e acima de tendências políticas e ideológicas de partidos e governos. Deve, por isso, ser aprovada pelo órgão máximo do Estado, a Assembleia da República, depois de consultas a nível de todo o país e de representantes de todas

as camadas sociais".

Ora aqui está uma contradição útil. Ajuda-nos a simplificar o assunto. Como é que se consegue uma política cultural "acima de tendências políticas e ideológicas de partidos e governos" via aprovação formal por um parlamento?

Um parlamento não é um conjunto de interesses sectoriais? Os partidos do futuro parlamento vão, como que por magia, largar as suas cores partidárias em favor duma política cultural que, para ser abrangente, incluirá preceitos contrários aos princípios políticos que os guiam? Não cremos.

Uma política cultural com selo parlamentar - deste ou do próximo - seria sempre uma imposição. Bastam as imposições mais dificilmente evitáveis na economia e na política. Para quê impormos aos nossos actuais ou futuros deputados a missão ingrata de terem que votar sobre um assunto que transcende o campo imediato das escolhas conscientes?

Quer isto dizer que todo o enorme trabalho feito para esta conferência foi inútil? Não. Talvez esse esforço, melhor que qualquer discurso, possa demonstrar a necessidade da prudência que aqui defendemos.

Portanto, uma sugestão: porque não sermos mais modestos? Que cada partido nos diga que política terá o Ministério da Cultura se a si couber vencer as eleições - caso, obviamente, pense que é necessário haver tal Ministério.

A cultura não cabe nas decisões de um parlamento. Como água pelos dedos, ela escapa ao controlo humano.

Estamos todos um pouco preocupados com a cacofonia de inquietações deste fim de século? E depois? Deita-se abaixo o socialismo e quer-se imediatamente uma nova ordem internacional e correspondentes novas ordens culturais nacionais? Vai levar muito tempo até que haja, de novo, alguma paz de espírito. Até lá não fechemos as portas à imaginação e aos inventos que a luta pela sobrevivência vai concertiza produzir.

Por outras palavras, queremos saber o que é a moçambicanidade? Para quê? Para depois lhe pormos o açaimé? A moçambicanidade é uma permanente mutação. E ainda bem.

CURTAS

8-137/93 (Maputo) O mediaFAX apurou de fonte fidedigna que os 55 uniformes envergados pelos homens da Renamo que recentemente vieram para Maputo foram oferecidos pela África do Sul, a pedido da Renamo, e depois de o Presidente Chissano ter dito às autoridades sul africanas que não tinha qualquer objecção a que as fardas fossem entregues.

(Inhambane) Valentim Salustiano, vice-Director Provincial de Finanças, começa hoje a ser julgado no tribunal provincial. Ele está detido desde 4 de Junho último, acusado de conivência na falsificação de documentos fiscais, desvio de fundos, abuso de funções e pagamento de remunerações indevidas, totalizando cerca de 48 mil contos.

O "caso Salustiano", como é conhecido aqui em Inhambane, tem antecedentes que remontam a Dezembro/91, altura em que 5 funcionários da sua Direcção foram exonerados, acusados de burlas sistemáticas totalizando 5 mil contos.

O julgamento começou a apaixonar a opinião pública local e a agitar a classe dirigente pois, segundo fonte idónea, ele poderá trazer à superfície os nomes de uma presumível rede de corrupção a nível de figuras conhecidas. (recolha por Marcelo Mosse)